



A MULHER NA EDUCAÇÃO: UM CAMINHO DE PEDRAS

LA MUJER EN LA EDUCACIÓN: UN CAMINO DE PIEDRAS

THE WOMAN IN EDUCATION: A STONE PATH

Maria das Graças Moura Santos¹

Dhemersson Warly Santos Costa²

RESUMO

Este artigo é fruto do recorte inicial de uma pesquisa desenvolvida junto ao Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal do Pará, campus de Altamira. Buscarei nas linhas que entrelaçam esse texto tracejar um breve percurso histórico da inserção da mulher na educação brasileira. Uma estrada que é marcada por exclusões, mas também resistências e enfrentamento na luta por uma formação igualitária. Falar da história da educação feminina é narrar histórias de mulheres-professoras-mães-filhas-educadoras...

PALAVRAS-CHAVE: Educação. Mulher. História. Resistência.

RESUMEN

Este artículo es fruto del recorte inicial de una investigación desarrollada junto al Programa de Postgrado en Educación de la Universidad Federal de Pará, campus de Altamira. Busqué en las líneas que entrelazan ese texto a trazar un breve recorrido histórico de la inserción de la mujer en la educación brasileña. Una carretera que está marcada por exclusiones, pero también resistencias y enfrentamiento en la lucha por una formación igualitaria. La historia de la educación femenina es narrar historias de vida, vidas que componen historias de mujeres-profesoras-madres-hijas-educadoras ... Historias de vida que están directamente engendradas en la formación, sea como mujer, sea como profesora.

PALABRAS CLAVE: Educación. Mujer. Historia. Resistencia.

ABSTRACT

This article is the result of the initial cut of a research developed with the Postgraduate Program in Education of the Federal University of Pará, Altamira campus. I will look

¹ Formada em Pedagogia pela Universidade Federal do Pará. Especialista em Educação, Currículo e políticas Públicas.

² Formado em Ciências Biológicas pela Universidade Federal do Pará. Atualmente mestrando em Educação em Ciências pelo Instituto de Educação Matemática e Científica, vinculado ao grupo de pesquisa em Cultura e Subjetividade, atravessando a Literatura e a Filosofia nas pesquisas em educação.

for the lines that interweave this text to trace a brief history of the insertion of women in Brazilian education. A road that is marked by exclusions, but also resistance and confrontation in the fight for an egalitarian formation. To talk about the history of women's education is to tell stories of life, lives that make up stories of women-teachers-mothers-daughters-educators... Life stories that are directly engendered in formation, whether as a woman or as a teacher.

KEYWORDS: Education. Woman. History. Resistance.

Abertura...

Era o primeiro dia de aula no curso de Pedagogia. O coração batia acelerado. Um retorno à sala de aula depois de 20 anos. Uma sensação de nostalgia irradiava meu corpo. No caminho, um breve filme passava pela minha cabeça, carregado comigo uma história de mulher, mãe, filha, educadora... Entro nesse espaço formativo com receios, medos, dúvidas... Sementes me tomam por completa, mas não me impedem de continuar caminhar. Sou a primeira a chegar, vou para o fundo da sala, sento na última cadeira. Pouco a pouco aquele território vazio começa a ser preenchido... Outras mulheres, outras Marias, outras Mães, Outras filhas... Agora, com a sala cheia de vida, de história, de luta e resistência; percebo que o espaço é tomado por mulheres... Esse primeiro momento desperta em mim questionamentos. Epifania! Por que esse espaço é majoritariamente feminino? Que condições conferem à mulher esse lugar de professora/pedagoga? As perguntas latejam, ressoam conexões, impulsos... Guardo-as para mim, com carinho... Na Pós-graduação, retorno a elas; com maturidade, resolvo investigar esse fenômeno... Entro nesse universo pela história da mulher na educação... Um exercício reflexivo de difícil armadura interpretativa, porém necessário...

O texto é um recorte de um estudo desenvolvido junto ao Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal do Pará. A intenção do presente artigo é fomentar o debate sobre a inserção da mulher na educação a partir de um resgate histórico, entendendo que conhecer o passado da educação feminina é extremamente relevante na medida em que as visões demasiadamente conservadoras, que outrora se fizeram latentes, retornam aos discursos contemporâneos, ainda que velados, sob o signo da discriminação e subalternização... Toda uma carga discursiva atravessa a história da mulher na educação, produzem ressonâncias na própria formação professoral, determinando instâncias, modos de ser e habitar a sala de aula. Assim, faço um recorte em três momentos decisivos na história da mulher na educação no Brasil (Brasil Colônia, Período Pombalino e Século XIX). É preciso pontuar que é uma tarefa

exaustiva mensurar a história da mulher da educação em sucintas linhas, diante da própria dimensão econômica, política, social e cultural que interpela o processo educacional formativo da mulher. O desafio desta pesquisa é, antes de tudo, fomentar o debate sobre o tema, destacando alguns episódios que ainda reverberam nos dias atuais, em especial na formação da mulher professora.

I Educação no Brasil colonial

Demarcar uma gênese para educação no Brasil não é uma tarefa fácil, pois não se trata de um processo unidirecional, mas o resultado de uma série de acontecimentos históricos. Um ponto de partida para começar a delinear as discussões percorre o período colonial (1530-1750). O Brasil foi descoberto pelos portugueses que aqui estabeleceram uma colônia de exploração. Desde o princípio era preciso educar os povos indígenas que aqui habitavam. Para essa missão foram designados grupos religiosos, com destaque os jesuítas e os franciscanos. Entretanto, essa educação tinha compromisso com a catequese. Os moldes atuais de educação somente começaram a ser desenhados com a chegada da coroa portuguesa no país para povoar o novo continente. Esse evento histórico demarcou a chegada de nobres, era preciso educar os filhos desses novos habitantes nas línguas, na matemática, na ciência, nas belas artes. Assim, o primeiro vislumbre de uma educação como conhecemos atualmente estava voltado para a formação de uma elite de homens brancos e ricos (NETO; MACIEL, 2008).

Nesse processo, as mulheres, até mesmo aquelas oriundas da família imperial, estavam excluídas do processo formativo educacional, restritas exclusivamente à catequese. Sua formação estava voltada para o lar, o exercício de esposa. Suas tarefas primordiais intercalavam-se entre organizar a economia da casa, trabalhar a educação dos filhos, bem como desempenhar com eficácia os seus deveres de mulher do lar³. Neste sentido, Ribeiro (2000), relata:

No século XVI, na própria metrópole não havia escolas para meninas. Educava-se em casa. As portuguesas eram, na sua maioria, analfabetas. Mesmo as mulheres que viviam na Corte possuíam pouca leitura, destinada apenas ao livro de rezas. Por que então oferecer educação para mulheres

³ É claro que estamos considerando aqui questões muito particulares, essa realidade ainda estava restrita a uma elite branca de mulheres, considerando que havia um vasto grupo de homens e mulheres, negros, vindos da África para serem escravos nas fazendas de café. A esse público nenhuma educação era oferecida, somente o trabalho e a escravidão.

‘selvagens’, em uma colônia tão distante e que só existia para o lucro português (RIBEIRO, 2000, p.81).

A mulher era educada fora do espaço formativo escolar, uma educação forjada em cultura excludente e estigmatizada. Os saberes que constituíam o currículo da filha, esposa, dona de casa, estavam vinculados aos conhecimentos tradicionais da mãe. A educação religiosa era o único saber ofertado à mulher, como forma de dominação do corpo, dos gestos, da vida. Uma mulher bela, recatada e do lar, revestida de princípios e saberes religiosos, para ser exercido na sociedade e, também, na educação religiosa dos filhos. No ofício de ser mãe talvez resida as primeiras faíscas da formação professoral.

A educação da mulher era voltada, portanto, para o casamento e o ofício do lar. Mas, o que acontecia com as mulheres que porventura não chegassem ao devido matrimônio? Matos (2000) responde que estas eram submetidas pela família aos conventos. Nesta instituição, ensinava-se religião (católica), ler, escrever e noções de matemática... É no convento então que primeiras mulheres recebem uma educação para além dos dogmas religiosos. Assim, o período colonial fica marcado pelo descaso com educação das mulheres, concebidas pelo sentimento de inferioridade e a incapacidade de produzir conhecimento. Uma vida destinada ao casamento, à vida religiosa e o trabalho do lar.

II

Período Pombalino e suas transformações

O período pombalino (1750-1777) é marcado por uma série de reformas nas mais diversas instâncias sociais, inclusive na estrutura do sistema educacional (SECO; AMARAL, 2006). Dentre as medidas tomadas, destacam-se: a expulsão dos Jesuítas e Franciscanos do ofício docente, passando a educação a ser gerida pelo Estado e a inclusão das meninas na escola. Essa inserção, ainda que tardia, culmina com reverberações na própria formação docente da mulher, haja vista que no período retromencionado, ainda envergado pelos princípios morais e religiosos e excludentes de gênero, havia uma separação entre meninos e meninas, tal perspectiva, de certa forma, possibilitaram a entrada de mulheres no magistério, pois a mesma lógica separatista engendrava o professorado, isto é, turmas femininas deveriam ser ministradas por mulheres e as masculinas por um professor homem (RIBEIRO, 2000).

É preciso ponderar que estas medidas atenderam a uma pequena parcela da população composta pelos filhos e filhas dos barões do café e nobres da sociedade, conforme declina Stamatto (2013) “Esta reforma não representou um ensino extensivo a toda população, muito menos às mulheres, podemos apenas inferir que algumas tentativas pontuais ocorreram ocasionalmente, com sucesso”, a educação popular ainda era uma realidade distante das fazendas e das periferias.

Nessa mesma época a família real chega ao Brasil (mais especificamente em 1808), trazendo na mala a preocupação com a formação de administradores para o quadro do governo e com o exercito (PERROT, 2017). Era preciso universalizar os métodos de ensino no país. Para alcançar esse objetivo foram criadas as primeiras escolas de formação de professores, também conhecida como “A escola Normal do País”, regulada através do decreto de 1ª de março de 1823, que, em linhas gerais, almejava instruir corporações, militares e professores, restritas exclusivamente ao sexo masculino (SECO; AMARAL, 2006).

Tais interdições reverberam na educação primária à medida em que o sexo feminino era inferiorizado em detrimento do masculino no que tange aos saberes científicos, como preconiza o texto da Lei Geral⁴, documento formal responsável por regulamentar as escolas de letras no país, a exemplo, o currículo era estruturado em consonância com a separação de gênero, ou seja, disciplinas de natureza científica, como Matemática, Geometria, Ciências, eram restritas aos meninos, ao passo que os saberes da “Arte do lar” eram requisitos obrigatórias na formação da mulher (TOMÉ; QUADROS; MACHADO, 2011).

Embora no documento de lei tais interdições sejam bastante pontuais no movimento de exclusão da mulher, há, também, avanços na profissionalização docente, considerando a determinação de igualdade salarial entre professores, independente do sexo, porém, observados a aprovação em um concurso público, como explica Stamatto (2013, p. 12):

O artigo 6 do decreto de 27 de agosto de 1831 determinava que os salários previsto em lei somente fossem percebidos por aqueles professores habilitados nas matérias de ensino indicadas na Lei Geral, por concurso. Os governos provinciais tinham a autorização de contratar candidatos não aprovados caso não houvesse nenhum aprovado, à condição de pagá-los com salários menores. Ora, não havendo escolas de formação para as meninas e não sendo ministradas todas as matérias nas escolas de primeiras letras femininas,

⁴ Primeira legislação específica sobre o ensino primário, após a independência, foi a lei de 15 de outubro de 1827, conhecida como Lei Geral, que padronizou as escolas de primeiras letras no país.

podemos entrever que as moças eram possivelmente as candidatas contratadas ganhando menos.

Dessa forma, a Lei Geral beneficiava os homens, pois esses tinham acesso a todas as disciplinas (português, matemática, ciências, entre outras), e conseqüentemente, maiores chances de ser aprovado no referido concurso, enquanto que as mulheres ainda estavam restritas às disciplinas de cuidados do lar (BELTRÃO; ALVES, 2016), com isso os homens eram aprovados nos concursos para ministrar as disciplinas indicadas na Lei Geral, recebendo proventos ali determinados, ao passo que as mulheres continuaram a ser contratadas recebendo um valor inferior (CARVALHO, 2016), ou seja, havia um discurso velado de “direitos iguais”, todavia não era oportunizada uma formação igualitária entre homens e mulheres para concorrer aos cargos públicos de professores.

A legislação ainda menciona alguns requisitos mínimos para aprovação da mulher em um concurso, a saber: 1) Ter certa idade; 2) Ser autorizada pelo pai, se solteira, ou pelo marido, quando casada; 3) As viúvas deveriam apresentar a certidão de óbito do marido; 4) As mulheres que porventura fossem separadas deveriam justificar tal situação, devendo comprovar ter conduta honrada. Importante frisar que em relação aos homens, não havia nenhum requisito expresso em lei (PERROT, 2017), revelando, assim, a discriminação da mulher na sociedade e sendo reforçado pelos documentos legais.

III

Mulher, professora, aluna no século XIX

O século XIX (1801-1900) é marcado pelas revoluções globais, a mais famosa delas a Revolução Industrial. Com advento das máquinas, do êxodo rural, era preciso formar uma sociedade qualificada para o trabalho com as máquinas, ensinar as primeiras letras, matemáticas e ciências. É nesse período que surge a educação popular, um movimento que é resultado dessas transformações na Europa, mas que produz suas ressonâncias em todo o planeta, no Brasil não será diferente.

A educação das massas leva uma enxurrada de meninas para a sala de aula e, conseqüentemente aumenta a demanda de professoras, em razão da política de separação na sala de aula entre homens e mulheres, tornando-se inevitável a contratação de mulheres para lecionar aulas para meninas (CARVALHO, 2016). Esse cenário vai mudar no ano de 1870, quando surge a primeira escola mista de meninos e meninas,

todavia com restrição às mulheres lecionarem para meninos com faixa etária maior que 13/14 anos de idade. (BELTRÃO; ALVES, 2016).

O século XIX é marcado ainda pelo avanço do desenvolvimento científico e tecnológico. A ciência, a medicina e, em especial a psicologia, irão debruçar esforços sobre a educação, mais especificamente as teorias da aprendizagem. Muitos desses estudos passaram a declinar a noção de “vocação natural” da mulher para o professorado, um discurso que atravessa ainda os cursos de formação professoral, em particular os da primeira infância, como a pedagogia. Não é preciso ir longe para vislumbrar esse cenário, creches, salas de alfabetização, turmas do primeiro ao quinto ano, de Norte a Sul, espaços abarrotadas de professoras, tias, pedagogas, mulheres, graças a sua herança divina: o coração bondoso e a ternura da mãe para educar (NETO; MACIEL, 2008). Esse discurso por muito tempo separou professores em: as professoras da educação infantil *versus* os professores da educação secular, estes para ensinar conteúdos de natureza científica. Olhar para os cursos de licenciatura é perceber essas manifestações históricas na vida real, cursos de Pedagogia recheado de mulheres ao passo que os cursos de Química, Física, Matemática e Biologia são majoritariamente habitados por homens, em razão da “complexidade” da matéria. É claro que tensões e rupturas vêm sendo travadas no interior desse espaço, tornando-se cada vez mais heterogêneo. Ora, trata-se de um caminho de pedras.

IV

Rainha d(x) lar/escola

Os episódios históricos posteriores ao século XIX vem sendo marcado por pensamento liberal e progressista da escola como ambiente de “regeneração”, isto é, uma escola que cuida, alimenta, ama e educa. Esse pensamento aliado à formação discursiva da mulher como indivíduo dotado de pureza e amor ao próximo, intensificou o processo de feminização do magistério no Brasil, colocando a professora como responsável por conduzir a criança no saber e moralizar os bons costumes de uma sociedade (STAMATTO, 2013).

É nesse contexto que surge a noção da Mulher-Mãe-Professora, a senhora do lar, aquele que “ilumina na senda do saber e da moralidade, qual mãe amorosa debruça sobre as frágeis crianças a serem orientadas e transformadas por dedos que possuem a capacidade natural de desenhar destinos e acalentar esperanças” (ALMEIDA, 2004, p.

36). Com a criação da universidade, dos cursos de formação de professores nos moldes que conhecemos hoje, o magistério se tornou por muito tempo um dos únicos meios profissionalizantes para o sexo feminino, enveredados pelos discursos que engendram o corpo feminino, como carinhosa, amorosa, cuidadora ou aquela que recebeu o dom divino para a criação das crianças, uma formação que atravessa séculos, tornando-se uma prática nos cursos de Pedagogia e demais licenciaturas... O importante do processo histórico é perceber os movimentos de inserção da mulher na educação, um percurso traçado na areia do deserto, na vida e no corpo de muitas mulheres. Um caminho de pedras que é, antes de tudo, resistência e (re)invenção a todo tempo de si.

Referências

ALMEIDA, Jane Soares. As professoras do século XX: as mulheres como educadoras da infância. In: III CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 3, 2004. São Paulo. Anais... São Paulo: Sociedade Brasileira de História da Educação, 2004. P. 1-10.

BELTRÃO, Kaizô Iwakami; ALVES, José Eustáquio Diniz. A reversão do hiato de gênero na educação brasileira no século XX. Revista Cadernos de Pesquisa, v.39, n.136, p.125-156, jan./abr. 2006.

CARVALHO, Ana Silva. A mulher na sociedade: o feminismo no Brasil. Revista Interativa da Produção Estudantil em Educação Científica e Tecnológica, v. 1, n. 1, p.1-15, jan./abr. 2016.

MATOS, Maria Izilda. Por uma história da mulher. 1. ed. São Paulo: Editora Universidade do Sagrado Coração, 2000. 198p.

NETO, Shigunov Neto; MACIEL, Lizete Shizue Bomura. O ensino jesuítico no período colonial brasileiro: algumas discussões. Educar em revista, v. 1, n. 31, p.1-15, Jul./Dez. 2008.

PERROT, Marcos. Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros. 2. ed. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2017. 240 p.

RIBEIRO, Arilda Ines Miranda. Mulheres Educadas na Colônia. IN: LOPES, Eliane, M.T; Faria F°, Luciano M. e VEIGA, Cynthia G. (orgs). 500 anos de educação no Brasil. Belo Horizonte: Autêntica, 2000, p. 79 - 84.

SECO, Ana Paula; AMARAL, Tânia Conceição Iglesias do. Marquês de pombal e a reforma educacional brasileira. Revista Educação e História, v.32, n.1, p.1-15, jan./abr. 2006.

STAMATTO, M. I. S. Um olhar na História: a mulher na escola (Brasil 1549-1910). Revista EDUCARE, v. 1, n. 21, p.1-15, Jul./Dez. 2013.

TOMÉ, Dyeinne Cristina; QUADROS, R. S.; MACHADO, Maria Cristina Gomes. O papel social da mulher e da família no pensamento de Gustavo Capanema. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA, 5, 2011. São Paulo. Anais... São Paulo: Sociedade Brasileira de História da Educação, 2011. P. 197-1203.

Recebido em Mai de 2018

Aprovado em Julho de 2018